

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 19/01/2016

- [Unicef alerta sobre estado de saúde de crianças refugiadas que cruzam a Europa](#)
- [Cartilha orienta pais sobre disputa da guarda de filhos com estrangeiros](#)
- [Campanha joga luz sobre a invisibilidade do trabalho infantil](#)
- [Com voto em sessão, análise de adoção internacional muda em MT](#)
- [Polícia apura estupro de dois jovens no Parque do Ibirapuera](#)
- [Novos conselheiros tutelares tomam posse em todo o Brasil](#)
- [Ministério da Saúde divulga diretriz nacional para estimulação precoce de bebês com microcefalia](#)

**Assunto: Unicef alerta sobre estado de saúde de crianças refugiadas que cruzam a Europa**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 19/01/2016**



O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) advertiu hoje (19) sobre o delicado estado de saúde das crianças refugiadas que cruzam a Europa, já que estão “esgotadas fisicamente, assustadas, angustiadas e, muitas vezes, precisando de cuidados de saúde”.

Segundo o Unicef, aumentaram as dificuldades da travessia e pioraram as condições físicas e de saúde dessas crianças com a chegada do inverno.

A falta de roupas adequadas para as temperaturas geladas no Leste da Europa e a escassez de alimentos apropriados para as crianças, juntamente com a falta de aquecimento em abrigos e transportes, agravam a situação. Atualmente, de acordo com dados da instituição, mais de um terço dos refugiados é menor de idade.

Segundo as autoridades locais, 37% dos refugiados que cruzaram a Macedônia em dezembro eram crianças, número que fica acima dos 23% registrados em setembro.

Na Sérvia, o índice de menores entre os refugiados era de 36% em dezembro, número também maior do que os 27% registrados em setembro. A maioria dos menores que se encontravam na Sérvia tinha idade entre 5 e 9 anos.

A situação das crianças refugiadas faz com que elas fiquem vulneráveis a infecções respiratórias, problemas digestivos e diarreia, como alertou em comunicado o coordenador especial do Unicef para os refugiados, Marie-Pierre Poirier.

No total, em 2015, entre mais de 1 milhão de refugiados que foram para a Europa pelo Mediterrâneo, 253.700, ou seja, um em cada quatro, eram crianças.

**Assunto: Cartilha orienta pais sobre disputa da guarda de filhos com estrangeiros**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 19/01/2016**



**Itamaraty publica cartilha na internet para orientar os pais sobre disputa de guarda e subtração de menores**

Como em qualquer relacionamento, nem sempre casamentos de brasileiros com estrangeiros terminam bem. Em caso de separação, com quem ficam os filhos menores de idade, em que país? Situações desse tipo não são raras, e em disputas mais difíceis, julgadas no exterior, ao considerar que o juiz estrangeiro não dará a guarda à parte brasileira, algumas mães ou pais decidem trazer os filhos ao Brasil, sem permissão ou conhecimento do ex-companheiro – o que configura crime de subtração de menores.

Para orientar brasileiros nessas situações e em casos que envolvam violência de gênero, o Itamaraty publica no Portal Consular uma cartilha sobre disputa de guarda e subtração internacional de menores, a partir desta nesta terça-feira (19).

A publicação tem o objetivo de fornecer o máximo de informações aos pais e mães brasileiras sobre a legislação dos países onde moram. O material traz um glossário com vários termos da legislação, exemplos concretos e repostas para perguntas mais frequentes. Há ainda dicas sobre o apoio que as famílias poderão esperar dos órgãos brasileiros competentes no Brasil ou no exterior.

**Assunto: Campanha joga luz sobre a invisibilidade do trabalho infantil**

**Fonte: Promenino**

**Data: 19/01/2016**

Promenino



“Quando uma sociedade adulta admite que haja trabalho infantil, que uma criança esteja a serviço de alguém, ela deixa de ser um sujeito em si e passa a ser considerada em função daquilo que ela pode oferecer”, escreveu a mestre em educação Márcia Acioli. Se antes dos meninos e das meninas está o trabalho que exercem, eles se tornam invisíveis. Escondidas nos cômodos onde passam roupas como domésticas ou escurecendo os dedos com uma pilha

de carvão, essas crianças e adolescentes não sofrem apenas com os impactos e consequências do trabalho infantil, como também com a incapacidade de o grave problema ser visto e combatido.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) atua, desde 2012, com uma comissão nacional para erradicar o trabalho infantil no território brasileiro – são 254 tribunais envolvidos com o Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho. “Os tribunais compreenderam que era preciso ir além do ofício jurisdicional, mesmo porque o assunto do trabalho infantil não chega como deveria nem no Poder Judiciário, nem na mídia”, explica Grijalbo Fernandes, desembargador da 10ª Região. A iniciativa atua por meio de uma série de estudos técnicos, seminários, debates e publicações.



Em dezembro de 2015, o programa lançou a campanha “Trabalho Infantil. Você não vê, mas existe”. Seis vídeos e spots retratam, de maneira delicada e ainda sim potente, a invisibilidade de formas perigosas do trabalho infantil. Fernandes explica a criação das mídias: “Os tipos de trabalho retratados estão localizados nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira e presentes em nosso cotidiano. Os vídeos têm a capacidade de mostrar a dureza que é o trabalho infantil, mas, ao mesmo tempo, não usar cenas chocantes, que degradem a imagem da criança”.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 3,3 milhões de crianças ainda estão sujeitas ao trabalho. Não somente a elas é negado o período

da infância, que deve ser de brincadeira e aprendizado, como também estão sujeitas aos perigos físicos e emocionais impostos pelas piores formas. Nos últimos cinco anos, 12 mil crianças sofreram acidentes no ambiente de trabalho, e 110 faleceram.

A invisibilidade dessa condição é exposta nos vídeos divulgados pelo TST. O primeiro deles expõe a degradação dos trabalhos em carvoarias, considerado uma das piores formas de trabalho infantil. A presença de menores de 18 anos é terminantemente proibida nesse ambiente insalubre, pois todo o processo de fabricação de carvão vegetal envolve periculosidade, como o transporte de materiais pesados e tóxicos e a exposição a temperaturas elevadas, que podem acarretar problemas crônicos de saúde.

No próximo dia 2 de fevereiro, o ativista indiano Kailash Satyarthi, Nobel da Paz pelo combate ao trabalho infantil, fará uma palestra na sede do TST para marcar o encerramento da campanha.

O segundo vídeo aborda o trabalho infantil doméstico, uma das piores e mais comuns formas de trabalho infantil. Ele traz um recorte específico de gênero, pois em sua maioria, são as meninas que assumem a tarefa de cuidar da casa enquanto os pais trabalham, ou encorajadas a complementar a renda familiar procurando trabalho como domésticas. As longas horas de expediente, o trabalho físico extenuante e a evasão escolar são algumas das consequências sofridas por mais de 400 mil crianças brasileiras sujeitas a tal modalidade.



Outro comercial fala sobre o trabalho nos lixões. De acordo com dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), existem crianças e adolescentes trabalhando nos 3,5 mil aterros sanitários brasileiros, principalmente na Região Nordeste. Crianças expostas a essa violência podem sofrer acidentes dos mais diversos tipos, desde serem atropeladas pelo constante movimento dos caminhões até a exposição aos objetos cortantes, fogo e também o peso dos fardos que carregam. Um ambiente tão insalubre pode desenvolver enfermidades como

leptospirose, febre tifóide e pneumonia. Outro dado é igualmente preocupante: 30% das crianças que trabalham em lixões não frequentam a escola.

“Queremos desconstruir o mito de que a criança que começa a trabalhar cedo se desenvolve melhor e fica longe do crime. Quando começa a trabalhar na tenra idade, sua educação, desenvolvimento intelectual e lazer são prejudicados e no futuro, quando estiver na hora de ingressar ao mercado, ela terá dificuldade para trabalhar em algo digno”, frisa Grijalbo Fernandes. O outro vídeo da campanha reforça a desmistificação do trabalho infantil e aponta a educação como melhor caminho para sua erradicação.

Os vídeos são veiculados em redes nacionais de rádio e televisão, bem como redes sociais e nos trailers antes das sessões de cinema da rede Cinemark. O desembargador acredita que sua grande área de alcance faça com que a sociedade possa também assumir a responsabilidade pela erradicação: “É preciso estarmos cientes que todos podem consumir produtos com utilização de mão de obra infantil. Temos de ter certeza se o que chega a nossa mesa é fruto de trabalho decente ou de um trabalho que explora crianças ou jovens. Esse tem de ser nosso compromisso como consumidores e cidadãos”.

**Assunto: Com voto em sessão, análise de adoção internacional muda em MT**

**Fonte: CNJ**

**Data: 19/01/2016**



A reedição do regimento interno da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), ligada à Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso (CGJ-MT), trouxe como principal mudança o trâmite para habilitação à adoção internacional. Pelo novo procedimento, com a instrução do processo, o pedido de habilitação por estrangeiros será apreciado em sessão, com votação de todos os membros da comissão. A decisão será pela maioria e, em caso de empate, será tomada pela presidente da comissão.



A mudança representa um cuidado maior com a adoção internacional e visa garantir mais segurança ao processo. Conforme a norma anterior, não havia votação em sessão. O processo era analisado pelo relator, pela equipe interprofissional da Ceja e pelo Ministério Público. Havendo parecer favorável da equipe técnica, do MP e do relator, os autos eram encaminhados para o presidente que determinava a emissão do laudo de habilitação com a ciência dos demais membros da Ceja. Em caso de divergências nos pareceres, o processo era encaminhado para apreciação pela comissão.

De acordo com o novo regimento, a necessidade dos pareceres do relator, da equipe multidisciplinar e do MP está mantida. Contudo, os demais integrantes da Ceja também passam a ser responsáveis pela análise do pedido em sessão. Cabe ao relator fazer a exposição do caso, prestando esclarecimentos, para em seguida a comissão deliberar a partir do voto dele.

O novo regimento foi publicado no fim de 2015 no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e está disponível no site da CGJ-MT. O documento traz mudanças como readequação de termos e nomenclaturas, alteração na ordem de alguns artigos e inclusão de profissionais na composição da comissão. Entre outras previsões, o regimento poderá ser alterado automaticamente por resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Ceja** - A Comissão Estadual Judiciária de Adoção foi instituída em 1996 e efetivamente criada em maio de 2000. Ela tem como missão de orientar, executar e fiscalizar os procedimentos para a colocação de crianças e adolescentes em família substituta, quando não for possível a reintegração familiar. O regimento interno da comissão foi criado em 2000 e reeditado em 2007, 2012 e 2015.

**Assunto: Polícia apura estupro de dois jovens no Parque do Ibirapuera**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 19/01/2016**

**jornal do  commercio**

Os crimes teriam acontecido em um local do parque conhecido pelos jovens como "bananal".



**De acordo com a polícia, as vítimas teriam conhecido os rapazes no parque**

Duas jovens relataram à Polícia Civil terem sido estupradas no fim da tarde do domingo (17) no Parque do Ibirapuera, na zona sul de São Paulo. Uma das meninas tem 16 anos e a outra, 18. Os casos aconteceram nos arredores da marquise do parque, onde foi realizado um "rolezinho", evento não autorizado pela Prefeitura de São Paulo e marcado por adolescentes por meio das redes sociais. As denúncias serão investigados pelo 36º Distrito Policial (Vila Mariana).

Os crimes teriam acontecido em um local do Ibirapuera conhecido pelos jovens como "bananal", região de baixa movimentação próxima do portão 5. Após a denúncia, as garotas foram levadas para o Hospital Pérola Byington, para atendimento médico e psicológico.

De acordo com informações preliminares relatadas por uma das jovens à polícia, as vítimas teriam conhecido os rapazes no parque. A polícia ainda não sabe se os criminosos faziam parte do evento.

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) informou que está ouvindo testemunhas e buscando imagens das câmeras de segurança do parque para esclarecer os crimes. A Guarda Civil Metropolitana (GCM), que fazia ronda na região, disse que vai aumentar o número de guardas nos turnos da noite nos sábados e domingos.

Além dos estupros, a GCM registrou também "furtos e atos de agressão" que resultaram na detenção de suspeitos. Não foi divulgado, no entanto, quem seriam estas pessoas e para onde foram encaminhadas.

Festa

O evento, chamado de "Rolezinho - Festa do Beijo", reuniu 12 mil pessoas, segundo a GCM. Um dos responsáveis pela realização do encontro, o "youtuber" Evandro Farias, de 22 anos, afirmou que as festas têm ocorrido há pelo menos três meses, mas nunca havia reunido tantas pessoas de uma só vez. "Sempre foi organizado, mas tinha no máximo 2 mil pessoas. Dessa vez, não teve como controlar", disse. O jovem relatou ainda ter visto um arrastão no fim do encontro, o que não foi confirmado pela PM.

O intuito da festa, disse Farias, era reunir fãs e seguidores dos "rolezeiros" - jovens que ganham fãs na internet depois de gravar vídeos no YouTube cantando músicas de funk ou falando do cotidiano.

Farias disse ainda que nunca houve preocupação com segurança ou a venda de bebidas alcoólicas, prática proibida no parque, já que os encontros nunca ficaram lotados. "Nós não vendemos nada. Mas tem gente que já leva a bebida de casa."

### Parceria

O presidente da Associação Rolezinho - A Voz do Brasil, Darlan Mendes, disse vai se encontrar com a Prefeitura para estruturar o evento, o que foi confirmado pela gestão municipal. A entidade firmou parceria com a gestão em 2014, após episódios de arrastões em shoppings e, desde então, é a responsável pela organização. "Era uma festa de beijo, pegação, para se divertir e trocar ideia", disse Mendes. O problema, segundo ele, foi que novos grupos começaram a se espalhar pela cidade e a fazer as festas de maneira autônoma.



<b>Assunto: Novos conselheiros tutelares tomam posse em todo o Brasil</b>
<b>Fonte: Childhood</b>
<b>Data: 19/01/2016</b>



Os conselheiros tutelares eleitos para o mandato de 2016 a 2020 foram empossados no dia 10 de janeiro nas cidades em que a votação ocorreu.

Conforme divulgamos no ano passado, pela primeira vez, o processo de escolha dos conselheiros tutelares aconteceu em uma data unificada em todo o Brasil. O dia escolhido foi 4 de outubro de 2015, e qualquer cidadão maior de 16 anos e com título de eleitor pôde votar.

Dentre os candidatos de cada município do país, cinco foram escolhidos para compor a rede de proteção de crianças e adolescentes em suas respectivas comunidades, atuando como se fossem guardiões do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mais do que receber denúncias e aguardar seu encaminhamento, o Conselho Tutelar trabalha pelo cumprimento dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma vez que fiscaliza e toma providências diante da simples ameaça aos direitos.

A Secretaria de Direitos Humanos mantém uma série de ações de fortalecimento de conselhos tutelares, as quais terão continuidade no mandato dos conselheiros que assumiram as atividades, como formação continuada, entrega de equipamentos e construção de novas unidades.

Segundo o secretário especial de direitos humanos, Rogério Sottili, durante o discurso da posse, “os conselheiros tutelares são importantes para mudar a cultura de violência, porque não faremos isso se não começarmos a trabalhar com o respeito aos direitos da criança e do adolescente. Isso é ainda mais importante neste momento em que vários direitos estão sendo ameaçados”.

Atualmente, o Brasil dispõe de 5.956 conselhos tutelares. No total, 99,89% dos municípios possuem, pelo menos, uma unidade em funcionamento, que atua de forma preventiva, quando há ameaça de violação de direitos, ou de forma corretiva, quando a ameaça já se concretizou.

## **Proteja Brasil: aproximando a sociedade dos conselhos tutelares**

Para facilitar denúncias de violência contra crianças e adolescentes e ajudar o trabalho dos conselhos tutelares, a Secretaria de Direitos Humanos criou, em parceria com o Unicef, um aplicativo chamado *Proteja Brasil*, compatível com iPhone e sistema Android.

A partir do local onde o usuário está, o Proteja Brasil indica telefones e endereços e o melhor caminho para chegar a delegacias especializadas de infância e juventude, conselhos tutelares, varas da infância e organizações que ajudam a combater a violência contra a infância e adolescência nas principais cidades brasileiras.

**Assunto: Ministério da Saúde divulga diretriz nacional para estimulação precoce de bebês com microcefalia**

**Fonte: Rede Nacional Primeira Infância**

**Data: 19/01/2016**



O Ministério da Saúde disponibilizou no dia 13 de janeiro a todos os profissionais e gestores do país, as Diretrizes de Estimulação Precoce: Crianças de 0 a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor decorrente de microcefalia. O documento foi desenvolvido em razão do cenário de urgência dado pelo aumento de casos de microcefalia em todo o país em decorrência de infecção pelo vírus Zika. São orientações aos profissionais das equipes da Atenção Básica e Atenção Especializada para a estimulação precoce. O conteúdo é direcionado às crianças com microcefalia, podendo se aplicar ainda a outras condições ou agravos de saúde que interfiram no desenvolvimento neuropsicomotor nesta fase.

### **Confira aqui a íntegra das Diretrizes para Estimulação Precoce**

É a primeira vez que o Ministério da Saúde reúne em um único documento todas as diretrizes para estimulação precoce de crianças com atraso no seu desenvolvimento. “As Diretrizes unificam o conhecimento e a conduta de atenção às crianças com microcefalia, para promover a estimulação no menor tempo possível, entre zero e três anos, que é a janela de oportunidade para a redução do nível de comprometimento causado pela malformação”, disse o secretário de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame.

Elaboradas com apoio de pesquisadores, especialistas e profissionais de diversas instituições do país com experiência e conhecimento sobre estimulação precoce, as Diretrizes complementam o Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo vírus Zika. Lançado em 14 de dezembro, o Protocolo orienta o atendimento desde o pré-natal até o desenvolvimento da criança com microcefalia, em todo o País.

As Diretrizes abordam aspectos relacionados ao desenvolvimento neuropsicomotor da criança, como a avaliação do desenvolvimento auditivo, visual, motor, cognitivo e da linguagem, a estimulação precoce, o uso de tecnologia assistiva (bengalas e cadeiras de rodas), além de outros aspectos, como a importância do brincar e a participação da família na estimulação precoce.

O material auxiliará o profissional de saúde na elaboração de um programa de estimulação precoce que possibilite um melhor desenvolvimento da criança com microcefalia, em especial até os três anos, período de maior resposta aos estímulos. Por exemplo, em uma criança com

deficiência visual é possível fazer a estimulação a partir do uso de objetos luminosos em local escuro e também coloca-la para rolar a partir do seguimento visual do objeto.

Na Atenção Básica, o material é direcionado às Unidades Básicas de Saúde, Saúde da Família e Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs). Na Atenção Especializada, o público-alvo é a Atenção Domiciliar, Hospitalar, Ambulatórios de Especialidades e de Seguimento do Recém-Nascido, e Centros Especializados em Reabilitação.

**CAPACITAÇÃO** – O Ministério da Saúde prepara o lançamento de um curso à distância para capacitar profissionais de saúde que vão atuar na estimulação precoce. O curso será ofertado a fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, médicos, entre outros profissionais que trabalham com estimulação precoce e que atuam nos diversos serviços da Rede SUS (Atenção Básica e Especializada), como os ligados aos NASF e os Centros Especializados em Reabilitação, que serão certificados após a conclusão do curso.

A meta do Ministério é que 7.525 profissionais, pelo menos, participem desta capacitação. O curso será desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As matrículas devem começar em março.

**REDE DE REABILITAÇÃO** – O SUS conta, atualmente, com 1.543 serviços de reabilitação em todo o país que atuam em diferentes modalidades, física, auditiva, visual e intelectual.

Dentro do Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia, lançado no final de 2015 e que prevê maior agilidade na estruturação dessas unidades, já foram habilitados 12 centros de reabilitação. Outros 11 se encontram em fase de conclusão das obras, com previsão de término no primeiro semestre de 2016, cujo investimento na construção e compra de equipamento somam R\$ 43,4 milhões. Mais R\$ 25,2 milhões anuais serão destinados para o custeio destas unidades. Outros 65 serviços de reabilitação serão habilitados em Centros Especializados em Reabilitação, ampliando assim a capacidade de atendimento da rede e passarão a receber adicional de R\$ 109,2 milhões por ano.

A partir do Plano Viver sem Limite, lançado em 2011 pelo Governo Federal, e da Instituição da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, em 2012, o Ministério da Saúde tem investido na ampliação da oferta desses serviços. Foram habilitados 136 Centros Especializados em Reabilitação (CER) em todo país. As novas unidades representam impacto de R\$ 287,7 milhões por ano para o custeio do atendimento em reabilitação.

No total, o investimento do Ministério da Saúde para custear o atendimento em reabilitação é na ordem de R\$ 650,6 milhões por ano, além dos valores destinados a obras e equipamentos. Esses recursos também podem ser complementados pelos governos estaduais e municipais.

O secretário de Atenção à Saúde, Alberto Beltrame, assinou nesta semana, duas portarias aprovando o repasse de recursos Federais no valor de R\$ 19,8 milhões destinados à aquisição de equipamentos para 13 CERs e duas Oficinas Ortopédicas.